

A condição humana como valor e princípio para a educação

DULCE CRITELLI*

M

I. Complexidade humana, ideologia e economia.

Muitas das dificuldades que nossa organização e vida social enfrentam hoje são decorrentes do papel que as ideologias desempenharam no século XX. Elas não nos forneceram apenas os parâmetros para a definição, a implantação e a avaliação das ações públicas, governamentais, paralelas ou complementares, de qualquer natureza – educação, proteção social, ambientais, saúde, econômicas, religiosas, culturais e, estrito senso, políticas.... As ideologias também adentraram o coração da vida humana e se estabeleceram como sua ética fundamental. E são exatamente as questões éticas que hoje têm se posto como nossos problemas mais cruciais e elementares.

Não falamos de moral, de questões relativas aos costumes de uma comunidade, mas das que afetam a condição humana como tal e sua morada no mundo.

A complexidade dos problemas éticos tem uma origem e uma feição que as ideologias são incapazes de compreender e, portanto, de tratar e de superar, porque também são problemas gerados por elas.

As ideologias têm uma lógica peculiar: a manutenção e a salvaguarda de seu corpo de idéias originais. É sempre um ideário que ilumina e que fundamenta uma ideologia. Todo valor humano, toda compreensão do humano emana desse ideário e nada que venha de fora dele tem estatuto de verdade.

As demandas e necessidades humanas só serão consideradas demandas e necessidades quando puderem ser equacionadas ou já tiverem sido validadas pelos ide-

DULCE CRITELLI é titular de Filosofia da *Universidade de São Paulo* onde obteve os títulos de Mestre em Filosofia da Educação e Doutora em Psicologia da Educação, Articulista do “Caderno Equilíbrio” da *Folha de S.Paulo*, Terapeuta Existencial e Coordenadora do EXISTENTIA *Centro de Orientação e Estudos da Condição Humana*.

ários das ideologias. Perdê-los, portanto, ou maculá-los é comprometer e arruinar todo processo e todo princípio, toda justificação e motivo de uma ideologia. Daí que as ideologias precisam da criação de sistemas políticos exclusivos que, para se manterem, acabam por gerar suas inúmeras e próprias demandas e, assim, canalizam para si a atenção e o fôlego das ações.

No caso das ideologias econômicas mais determinantes e vigentes no cenário ocidental – o socialismo e o capitalismo –, os ideários que as alimentam têm, na produção de bens e serviços e no mercado, seu eixo fundamental. Sua preocupação básica é com a produção e distribuição da riqueza, que entendem ser a origem de todo problema histórico e social, e das quais as questões éticas derivariam. As ações públicas, portanto, voltam-se ou para seu incremento, para sua superação, ou, ainda, para a realização de programas cujo fim é a correção e/ou a compensação das distorções e falhas da produção econômica. A complexidade humana é limitada pela economia.

À parte o mérito de se buscar a superação dos graves problemas humanos decorrentes de um sistema certamente perverso de produção e de distribuição da riqueza, é importante compreender que as ideologias são fonte de outras perversidades, como a instauração de sistemas políticos totalitários que, à força da concretização dos seus princípios e valores, cometeram os crimes mais atrozes contra a humanidade. É o caso do nazismo, do stalinismo e dos fundamentalismos religiosos, por exemplo.

Precisamos buscar, fora dos cânones ideológicos, novas lentes, novos parâmetros e interpretações que nos permitam transcender os entraves que eles nos impuseram. Precisamos encontrar princípios e valores que nos orientem na construção de uma nova e necessária ética fundamental.

II. Valores e princípios

Para levar adiante esta discussão, precisamos desfazer a confusão corriqueira entre valores e princípios. A confusão é possível uma vez que ambos – mesmo que cada um, a seu modo – orientam e iluminam nossa vida cotidiana e pública. Mas eles têm finalidades diferentes.

Princípios são sempre possibilidades que brilham e acenam de fora da nossa realidade, fazendo-nos uma convocação. Eles nos lembram e chamam a atenção para aquilo que ainda está por ser realizado, posto em práti-

ca e que o nosso modo de ser, não contempla ou jamais poderá deixar de contemplar, como a fraternidade, a liberdade, a igualdade, a honra...

É da natureza dos princípios serem muito pouco definidos, diferente do que chamamos de metas, por exemplo, que são necessariamente precisas e objetivas. O que significa propriamente fraternidade e igualdade?

É precisamente na sua pouca definição que os princípios são inspiradores de nossas ações, de nossas metas, das normas sociais, mas não se esgotam em qualquer uma delas. Sua principal característica é a de conferirem aos nossos atos um sentido, uma “razão de ser”. São demasiadamente gerais para se converterem em metas particulares, porém, suficientes para servir como critérios para o julgamento dos atos humanos. Os princípios nos oferecem os critérios para julgamento e escolha de nossas ações, e só se aplicam mesmo às ações humanas, nunca a coisas ou objetos. Toda questão ética é sempre uma questão de princípios.

Os princípios, portanto, nunca são “realidades”; são sempre “possibilidades”.

Já os valores não têm, por constituição, qualquer função inspiradora. Sua natureza é a de promover uma ordenação da nossa vida pública e, por consequência, da nossa vida privada. Definem o que devemos querer alcançar, banir do nosso meio ou conservar entre nós, uma vez que sempre se fazem acompanhar de juízos sobre o que é positivo ou negativo, bom ou mau, certo ou errado, desejável ou indesejável, permitido ou proibido. Os valores, portanto, têm a função de congregar e organizar uma sociedade; de manter a coesão e a coerência de uma comunidade. Metas, objetivos, interesses de classe, grupos... são derivações dos valores.

Os valores conferem e atestam a relevância de um comportamento, de um objetivo, de uma aspiração. Podem tanto ser aplicados às condutas humanas, quanto às coisas, conferindo-lhes sua validade e/ou qualidade – valor financeiro, de sacralidade....

Embora sempre tenham uma ética que lhes dá fundamento, os valores voltam-se mais para os usos e costumes de uma comunidade, organizando e classificando mais a conduta do que os nossos ideais; mais o comportamento humano do que a condição humana.

Valores sempre se fundam em princípios e são constituídos para concretizar princípios. Por exemplo, se tivermos a fraternidade por princípio, ajudar o próximo em

suas necessidades pode ser um valor correspondente. Mas essa vinculação entre valores e princípios pode ser rompida. Por exemplo, quando o princípio ganhar um novo sentido ou significado. No caso, quando fraternidade adquirir um sentido que os valores vigentes não contemplam, ou quando as normas e leis deles derivadas se tornarem insuficientes. Ou, ainda, quando outros e novos princípios acenarem desde outro horizonte, esvaziando os valores atuais. Toda vez que novos princípios convocam uma sociedade, os valores vigentes perdem sua vigência, sua força, sua capacidade de organização, qualificação e julgamento.

Os princípios, então, podem desorganizar uma sociedade que antes era organizada por valores. Quando a vinculação entre valores e princípios é perdida, a única coisa que pode fazer valer e sustentar um valor é a violência. Ou o terror, que tem sido o recurso mais banal em nossa contemporaneidade.

A violência subjuga e obriga as pessoas a realizarem e a viverem sob valores e princípios que lhe são alheios. Quando os indivíduos de uma comunidade não têm identidade com os valores e princípios em questão, só se comportarão de acordo com eles se sob vigilância, sob punição ou castigo.

De qualquer forma, o que subjuga a valores e princípios são as concepções de homem, de mundo, de vida, de morte, de bem, de mal... vigentes em uma sociedade. Em outras palavras, sua ética fundamental. É dessa ética que princípios e valores brotam e se manifestam como valores e princípios. Dela retiram seu corpo e sua autenticidade, são autenticados por ela.

Concepções éticas, princípios e valores nunca são tangíveis neles mesmos. Tangíveis são as condutas e as coisas que os manifestam. Mas mesmo sendo intangíveis não podem ser classificados como "idéias". Valores e princípios não se sustentam como idéias, embora se possa pensá-los e se falar deles. São atos. Só na conduta humana, valores e princípios podem existir como tais.

Jamais, no entanto, princípios e valores dizem respeito apenas a condutas individuais. Sempre se referem a questões públicas, mesmo que o que esteja em questão seja a conduta de um só indivíduo e nas ocorrências da vida privada. Sua natureza é política, no sentido mais amplo e simples da palavra. Dizem respeito ao "agir em conjunto" que, como nos lembra Hannah Arendt, é o modo mais primordial e característico do ser humano.



III. Aprendemos valores e humanidade

Embora os valores sejam matéria de nossos pensamentos e de nossas palavras, não é neles que há vida. No corpo da letra, na voz do conselho, na veemência do discurso..., um valor é apenas indiciado, não mais que isso. Os valores vivem nas nossas ações, nas nossas condutas. Nelas e por elas é que um valor se manifesta e se realiza. Os valores são os motores do nosso agir.

O agir humano não acontece por acaso, nem por obra e graça da natureza. Se fôssemos abelhas, pássaros ou plantas, seria simples. Já nasceríamos sabendo voar, produzir cera e mel, frutificar, acasalar, enfrentar o frio e o sol, morrer... Mas somos humanos, e é da nossa natureza não nascermos sabendo ser ou agir como humanos.

Temos que aprender a viver como seres humanos e também aprender a ser o ser humano peculiar, o indivíduo exclusivo que cada um de nós é e pode vir a ser. Nossa humanidade não paira em qualquer definição, idéia, teoria ou ideologia. Ela está no nosso agir cotidiano, além de ser o processo e o produto de uma contínua aprendizagem.

Nossa humanidade é conquistada e aprendida em meio a outros seres humanos. Em meio às formas que as outras pessoas já moldaram para a sua (e nossa) humanidade e para a sua (e nossa) individualidade. Em meio aos princípios e valores em nome dos quais erigiram a sua (e a nossa) humanidade.

Os valores da sociedade ou comunidade no seio a qual nascemos são, portanto, aprendidos por nós enquanto aprendemos a ser humanos. A aprendizagem de valores e a aprendizagem de nossa humanidade são, deste ponto de vista, uma e a mesma coisa.

Essa aprendizagem ocorre de duas maneiras principais. Há a aprendizagem decorrente de processos intencionais, como a que ocorre nas escolas, e há a aprendizagem que acontece distraída, como a do dia-a-dia, nos mais diversos cenários e nas mais diferentes situações, a qualquer instante, sem qualquer propósito. Por isso mesmo, ela é a mais profunda, a mais radical, a mais constitutiva.

O processo educativo intencional é sempre escolhido, dirigido, planejado, avaliável. E, de modo geral, a educação intencional – formal e informal, oficial ou complementar – tem por alvo os saberes instituídos, o desenvolvimento de habilidades e comportamentos, questões técnicas e operativas, o treinamento do raciocínio lógico, da habilidade argumentativa, da memória. Em outras palavras, o repasse, o desenvolvimento e a proteção do patrimônio cultural. A escola e a mídia são seus veículos principais. Por elas, esse patrimônio se torna comum e lícito.

Já a educação distraída, mesmo que envolva os bens do patrimônio cultural – dos hábitos de higiene às cren-

ças religiosas –, avança também para além dele e da cultura propriamente dita e se endereça para o que há de mais comum em todos os homens de qualquer cultura e tempo: sua humanidade. Ela roça o cuidado da condição humana, porque nos ensina, sem que nos atentemos e pelo exemplo daqueles com quem convivemos, como dar conta de sermos tanto humanos, quanto os indivíduos exclusivos que somos, queiramos ou não.

A educação distraída ocorre por meio da simples convivência e, na sua quase integralidade, é inconsciente de si mesma. Somos, simplesmente, não aprendemos ou ensinamos a ser. Os outros são, simplesmente, não estão nos ensinando a ser. Apreende-se e se aprende o que está no ar, o não dito, e até mesmo o que se disfarça e oculta.

Todo processo educativo intencional tem a condição humana como pano de fundo, mas, muitas vezes separa-o e o exclui. Pensa-se, por exemplo, que questões matemáticas não têm a ver com questões existenciais, pois o que interessa é a transmissão e o desenvolvimento da ciência matemática. Todavia, a educação intencional deveria ter olhos e ouvidos para perceber e compreender



O século XX foi o tempo em que a “idéia de mundo” valeu mais que o mundo mesmo. Em que a “idéia de homem” valeu mais do que o próprio.

tudo o que vem da aprendizagem distraída, em especial, ao que diz da condição humana – seus modos, seu valor... Pois, mediante essa atenção, esse prestar ouvidos, a educação intencional poderia exercer uma função extremamente essencial de corrigir, reforçar, reorientar o curso de nossa humanidade, seja no que se refere à cultura estrito senso, seja no que toca nossa própria condição humana.

E aqui entramos, propriamente, no que todo o discurso anterior visou preparar e que retoma o princípio desta conversa. Foram as ideologias, e não a compreensão efetiva e a valorização da condição humana, que determinaram as ações públicas do século XX. É o que recebemos por herança neste século e o que precisamos voltar a questionar. Repensar as verdades, os fins, os axiomas pelos quais nos temos pautado.

O século XX foi o tempo em que a “idéia de mundo” valeu mais que o mundo mesmo. Em que a “idéia de homem” valeu mais do que o próprio. Foi um tempo em que todo valor foi dado à “representação”. Nesse valor, as ideologias se basearam e dele retiraram sua força e prevalência.

- Mas o que orientaria nossas ações públicas se não for uma ideologia? De onde traríamos os critérios e parâmetros para nossas condutas e nossos fins?
- Da própria condição humana.

Em Hannah Arendt, busco a inspiração fundamental para os comentários a seguir. Tocada por suas reflexões, comecei a pensar em como elas poderiam nos ajudar a encontrar os rumos novos e necessários para a nossa vida cotidiana e histórica. Entendi, ao longo de anos de estudo do seu pensamento, que a compreensão que ela articula sobre o humano, sobre as capacidades humanas de dar conta da vida, poderia se oferecer para nós como um novo fundamento sobre o qual reconstruir uma ética fundamental e, conseqüentemente, encontrar valores condizentes com esse passo adiante na nossa humanidade, de que parecemos carecer tanto.

IV. Condição e condições humanas

Arendt¹ chama de condição humana, as condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra. Espécies de ferramentas por meio das quais os homens arcam e dão conta do viver. Ferramentas que não podemos recusar nem adquirir ao longo do tempo, pois se trata de diferenciais que nos distinguem de todas as demais criaturas, possibilidades com as quais nascemos dotados.

Cada uma dessas condições humanas gera e exige atividades próprias que, por sua vez, têm suas próprias finalidades e produtos.

Resumindo, as condições humanas são:

1. A vida biológica, na totalidade de seu ciclo: nascimento, crescimento, metabolização da natureza, declínio e morte. A vida biológica provoca a atividade humana do labor, cuja finalidade é a de preservar a vida individual e da espécie e de satisfazer as necessidades vitais na tentativa de evitar e de afastar a própria mortalidade. Os produtos dessa atividade são os bens de consumo, coisas cujo consumo garante a vida e satisfaz suas necessidades.
2. A mundanidade, essa capacidade que os seres humanos têm de reconstruir sobre o *habitat* natural um outro artificial, de artefatos. Uma necessidade que ultrapassa a atenção com a mortalidade e se expõe como as fronteiras unicamente dentro das quais os humanos conseguem viver. O mundo natural não é o mundo humano. A atividade que responde pela finalidade de construir o mundo é o trabalho, e seus produtos são tanto os objetos de uso, quanto as obras de arte, que povoam o território da vida para além da vida mesma.
3. A pluralidade, o fato de que os seres humanos, e não o ser humano, vivem na Terra e habitam o mundo. A atividade que corresponde a ela é a ação, atividade que se exerce diretamente entre os homens. Seus produtos são os próprios negócios humanos ou a política. Diz respeito ao fato de os homens só poderem agir em conjunto e terem como instrumento fundamental dessa ação os gestos e as palavras. A pluralidade supõe a singularidade. Cada ser humano é um indivíduo exclusivo que ninguém antes, nem depois dele, reproduz. A pluralidade é constituída de singularidades, mas não como somatória. Pluralidade e singularidade não são de natureza quantitativa, mas qualitativa, referindo-se aos modos básicos nos quais os homens são no mundo: em conjunto e como si mesmos.



As três condições básicas anteriores são correlatas e fundamentadas por outras condições mais gerais:

4. A natalidade, que tem, na liberdade ou no dom de iniciar sempre uma nova ordem para o que quer que seja, sua representação mais elementar. Trata-se da condição de não apenas nascer para a vida, mas de nascer e poder apresentar-se aos outros homens como um homem singular.
5. A mortalidade, por meio da qual se encerra a presença de uma singularidade no mundo e sua atuação na História.
6. O condicionamento: o fato de os seres humanos tornarem as coisas com que entram em contato e perduram entre eles uma nova condição para sua existência. Coisas que são trazidas para o meio dos humanos por esforço deles mesmos, como a tecnologia, que não é apenas um novo instrumental para o homem, e sim, a forma pela qual ele hoje pode entrar em contato com seu corpo, seus semelhantes..., dar conta da vida.

A essas condições humanas, acrescento uma outra, tirada de Heidegger, e que está subjacente a todas elas:

7. O cuidar. Trata-se do fato de que a vida e cada uma das condições humanas serem dadas ao homem sob seu cuidado. As condições humanas anteriores não são apenas ferramentas pelas quais arcamos com a vida, elas também nos são dadas como possibilidades – que precisam ser desenvolvidas. Cuidamos não só de nos mantermos vivos, como ainda da condição humana de cuidar da vida. Cuidamos de construir o mundo, e também cuidamos da condição humana de mundanizar... Estão sob nossos cuidados tanto aquilo de que cuida de cada uma das condições huma-

nas, quanto a própria condição humana. Cuidamos de algo e cuidamos do cuidar de algo.

Cuidar é pôr sob responsabilidade, arcar com... e inclui todas as formas negativas ou positivas de se *tratar de ser*: de construir ou de destruir, de plantar ou dizimar, de desenvolver ou de reprimir... Cuidar e descuidar são uma e só condição. Diz do lidar com algo, com os outros, conosco mesmos, de como respondemos a tudo que nos chega e se apresenta a nós. Até mesmo a omissão, o dar as costas, o recusar são formas de cuidar de ser.

Uma nova ética deveria tomar a condição humana como seu eixo fundamental, sua fonte, sua origem e sua finalidade.

O respeito à condição ou às condições humanas deveria se impor como um princípio para nosso existir e inspirar uma nova ordem do mundo, portanto, a elaboração de novos valores. O que implica constituir as próprias condições humanas em valores que ordenam, iluminam, qualificam nosso agir.

Desses novos valores, deveriam emergir condutas, comportamentos, atitudes que as garantissem e efetivassem.

As condições humanas, tornadas valores, deveriam servir, então, como critérios que parametrizassem a delimitação das ações públicas necessárias e, ao mesmo tempo, servissem de instrumentos para sua avaliação.

É óbvio que as condições humanas só poderiam servir como parâmetros para o estabelecimento e avaliação das ações públicas, não isoladamente e, sim, no seu conjunto. Para que o respeito a uma delas implique, necessariamente, o respeito e o atendimento a todas as outras.

Tomar a condição humana como princípio e valor dista muito de se instituir uma nova ideologia. Enquanto as ideologias obrigam ao cumprimento de um fim ou ideal antecipadamente definido, pontuado desde o futuro em direção ao presente, tomar a condição humana como valor e princípio seria ter nela um ponto de partida.

Eleger a condição humana como princípio e valor é a única maneira que temos de suplantar a determinação das ideologias. É dar às ações humanas e públicas a sua própria humanidade como razão de ser.

Notas

- 1 Leia-se, especialmente sobre o assunto, ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*, Forense Universitária, SP, 2002; trad. Roberto Raposo, 10ª ed.